



**MUNICÍPIO DE SANTA COMBA DÃO**  
**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**EDITAL**

**CÉSAR FERNANDO LIMA BRANQUINHO, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO:** .....

**Torna Público** o teor do novo Regimento da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão, aprovado, por unanimidade, em reunião de 29 de dezembro de 2017. ....

O referido Regimento, composto por 28 folhas, encontra-se anexo a este edital e faz parte integrante do mesmo. ....

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e ainda no portal [www.cm-santacombadao.pt](http://www.cm-santacombadao.pt). ....

Paços do Concelho de Santa Comba Dão, 8 de Janeiro de 2018. ....

O Presidente da Assembleia Municipal,

César Fernando Lima Branquinho





# ASSEMBLEIA MUNICIPAL SANTA COMBA DÃO



# REGIMENTO







# **Regimento da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão**

## **Capítulo I Natureza e Competências da Assembleia**


### **Artigo 1.º (Natureza)**

A assembleia municipal é o órgão deliberativo do município de Santa Comba Dão, sendo constituída por vinte e um membros eleitos pelo colégio eleitoral do município e por 6 presidentes de juntas de freguesia.

### **Artigo 2.º (Competências de apreciação e fiscalização)**

1. Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal:

- a) Aprovar as opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respetivas revisões;
- b) Aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor;
- c) Deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município;
- d) Fixar anualmente o valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis, bem como autorizar o lançamento de derramas;
- e) Pronunciar-se, no prazo legal, sobre o reconhecimento pelo Governo de benefícios fiscais no âmbito de impostos cuja receita reverte para os municípios;
- f) Autorizar a contratação de empréstimos;
- g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município;
- h) Aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município;
- i) Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a 1000 vezes a RMMG, e fixar as respetivas condições gerais, podendo determinar o recurso à hasta pública, assim como alienar ou onerar bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 33.º; da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro;
- j) Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações;
- k) Autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a câmara municipal e o Estado e entre a câmara municipal e a entidade intermunicipal e autorizar a celebração e denuncia de contratos de delegação



de competências e de acordos de execução entre a câmara municipal e as juntas de freguesia;

l) Autorizar a resolução e revogação dos contratos de delegação de competências e a resolução dos acordos de execução;

m) Aprovar a criação ou reorganização dos serviços municipais e a estrutura orgânica dos serviços municipalizados;

n) Deliberar sobre a criação de serviços municipalizados e todas as matérias previstas no regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais que o mesmo não atribua à câmara municipal;

o) Aprovar os mapas de pessoal dos serviços municipais e dos serviços municipalizados;

p) Autorizar a câmara municipal a celebrar contratos de concessão e fixar as respetivas condições gerais;

q) Deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público municipal;

r) Aprovar as normas, delimitações, medidas e outros atos previstos nos regimes de ordenamento do território e do urbanismo;

s) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação;

t) Autorizar a geminação do município com outros municípios ou entidades equiparadas de outros países;

u) Autorizar o município a constituir as associações previstas no título v ( Lei nº 75/2013, de 12 de setembro );

v) Autorizar os conselhos de administração dos serviços municipalizados a deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos seus trabalhadores, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas, ou a concessão de benefícios sociais aos mesmos e respetivos familiares;

w) Deliberar sobre a criação e a instituição em concreto do corpo de polícia municipal.

X) Votar moções de censura à câmara municipal, em avaliação da ação desenvolvida pela mesma ou por qualquer dos seus membros.

## 2. Compete ainda à assembleia municipal:

a) Acompanhar e fiscalizar a atividade da câmara municipal, dos serviços municipalizados, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local, bem como apreciar a execução dos contratos de delegação de competências previstos na alínea k) do número anterior;

b) Apreciar, com base na informação disponibilizada pela câmara municipal, os resultados da participação do município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades;

c) Apreciar, em cada uma das sessões ordinárias, uma informação escrita do presidente da câmara municipal acerca da atividade desta e da situação





financeira do município, a qual deve ser enviada ao presidente da assembleia municipal com antecedência mínima de cinco dias sobre a data do início da sessão;

d) Solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores;

e) Aprovar referendos locais;

f) Apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa da entrega de documentos por parte da câmara municipal ou de qualquer dos seus membros que obstem à realização de ações de acompanhamento e fiscalização;

g) Conhecer e tomar a posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias executadas sobre a atividade dos órgãos e serviços do município;

h) Discutir, na sequência de pedido de qualquer dos titulares do direito de oposição, o relatório a que se refere o Estatuto do Direito de Oposição;

i) Elaborar e aprovar o regulamento do conselho municipal de segurança;

j) Tomar posição perante quaisquer órgãos do Estado ou entidades públicas sobre assuntos de interesse para o município;

K) Pronunciar-se e deliberar sobre todos os assuntos que visem a prossecução das atribuições do município;

l) Apreciar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e a respetiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;

m) Fixar o dia feriado anual do município;

n) Estabelecer, após parecer da Comissão de Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a constituição dos brasões, dos selos e das bandeiras do município e proceder à sua publicação no *Diário da República*.

3 – Não podem ser alteradas na assembleia municipal as propostas apresentadas pela câmara municipal referidas nas alíneas a), i) e m) do n.º 1 e na alínea l) do numero anterior, sem prejuízo de esta poder vir a acolher em nova proposta as recomendações ou sugestões feitas pela assembleia municipal.

4 – As propostas de autorização para a contratação de empréstimos apresentadas pela câmara municipal, nos termos da alínea f) do n.º 1, são obrigatoriamente acompanhadas de informação detalhada sobre as condições propostas por, no mínimo, três instituições de crédito, bem como do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

5 – Compete ainda à assembleia municipal:



- a) Convocar o secretariado executivo da comunidade intermunicipal, com o limite de duas vezes por ano, para responder perante os seus membros pelas atividades desenvolvidas no âmbito da comunidade intermunicipal do respetivo município;
- b) Aprovar moções de censura ao secretariado executivo intermunicipal, no máximo de uma por mandato.

### **Artigo 3.º** **(Competências de funcionamento)**

1 - Compete à assembleia municipal:

- a) Elaborar e aprovar o seu regimento;
- b) Deliberar sobre recursos interpostos de marcação de faltas injustificadas aos seus membros;
- c) Deliberar sobre a constituição de delegações, comissões ou grupos de trabalho para o estudo de matérias relacionadas com as atribuições do município e sem prejudicar o funcionamento e a atividade normal da câmara municipal.

2 – No exercício das respetivas competências, a assembleia municipal é apoiada por trabalhadores dos serviços do município a afetar pela câmara municipal, nos termos do artigo 61.º

## **Capítulo II** **Mesa da Assembleia Municipal e Competências**

### **Secção I** **Mesa da Assembleia**

#### **Artigo 4.º** **(Composição da mesa)**

1. A mesa da assembleia é composta por um presidente, um primeiro secretário e um segundo secretário e é eleita pelo período do mandato da assembleia municipal.
2. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo primeiro secretário e este pelo segundo secretário.
3. Na ausência simultânea de todos ou da maioria dos membros da mesa, a assembleia elege, por voto secreto, de entre os membros presentes, o número necessário de elementos para integrar a mesa que vai presidir à reunião.



4. O presidente da mesa é o presidente da assembleia municipal.

**Artigo 5.º**  
**(Eleição da mesa)**

1. A mesa é eleita por escrutínio secreto, podendo os seus membros ser destituídos em qualquer altura, por deliberação tomada pela maioria do número legal dos membros da assembleia municipal
2. Só poderão ser eleitos para a mesa os membros da assembleia municipal que, expressamente, tenham aceite a sua candidatura.
3. No caso de destituição ou demissão de qualquer dos membros da mesa, ou de cessação do respetivo mandato, proceder-se-á a nova eleição, na reunião imediata.

**Secção II**  
**Competências**

**Artigo 6.º**  
**(Competências da mesa da Assembleia Municipal)**

1. Compete à mesa:
  - a) Elaborar o projeto de regimento da assembleia municipal ou propor a constituição de um grupo de trabalho para o efeito;
  - b) Deliberar sobre as questões de interpretação e integração de lacunas do regimento;
  - c) Elaborar a ordem do dia das sessões e proceder à sua distribuição;
  - d) Verificar a conformidade legal e admitir as propostas da câmara municipal legalmente sujeitas à competência deliberativa da assembleia municipal;
  - e) Encaminhar, em conformidade com o regimento, as iniciativas dos membros da assembleia municipal, dos grupos municipais e da câmara municipal;
  - f) Assegurar a redação final das deliberações;
  - g) Realizar as ações que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal no exercício da competência a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 2.º;
  - h) Encaminhar para a assembleia municipal as petições e queixas dirigidas à mesma;
  - i) Requerer à câmara municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes;
  - j) Proceder à marcação e justificação de faltas dos membros da assembleia municipal;



- k) Comunicar à assembleia municipal a recusa da prestação de quaisquer informações ou documentos, bem como a falta de colaboração por parte da câmara municipal ou dos seus membros;
- l) Comunicar à assembleia municipal as decisões judiciais relativas à perda de mandato em que incorra qualquer membro;
- m) Dar conhecimento à assembleia municipal do expediente relativo aos assuntos relevantes;
- n) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinadas pela assembleia municipal;
- o) Exercer as demais competências legais.

2 - O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.

3 - Das deliberações da mesa da assembleia municipal cabe recurso para o plenário.

#### **Artigo 7.º**

##### **(Competência do presidente da assembleia municipal)**

1 - Compete ao presidente da assembleia municipal:

- a) Representar a assembleia municipal, assegurar o seu regular funcionamento e presidir aos seus trabalhos;
- b) Convocar as sessões ordinárias e extraordinárias;
- c) Abrir e encerrar os trabalhos das sessões;
- d) Dirigir os trabalhos e manter a disciplina das sessões;
- e) Assegurar o cumprimento da lei e a regularidade das deliberações;
- f) Suspender e encerrar antecipadamente as sessões, quando circunstâncias excecionais o justifiquem, mediante decisão fundamentada a incluir na ata da sessão;
- g) Integrar o conselho municipal de segurança;
- h) Comunicar à assembleia de freguesia ou à câmara municipal as faltas dos presidentes de junta de freguesia e do presidente da câmara às sessões da assembleia municipal;
- i) Comunicar ao Ministério Público competente as faltas injustificadas dos restantes membros da assembleia, para os efeitos legais;
- j) Exercer os poderes funcionais e cumprir as diligências que lhe sejam determinados pelo regimento ou pela assembleia municipal;
- k) Exercer as demais competências legais

2 - Compete ainda ao presidente da assembleia municipal autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas a senhas de presença, ajudas de custo e





subsídios de transporte aos membros da assembleia municipal e de despesas relativas às aquisições de bens e serviços correntes necessárias ao funcionamento e representação, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao presidente da câmara municipal.

### **Artigo 8.º** **(Competência dos secretários)**

1 - Compete aos secretários coadjuvar o presidente da mesa da assembleia municipal, designadamente:

- a) Assegurar o expediente;
- b) Na falta de trabalhador nomeado para o efeito, lavrar as atas das sessões;
- c) Proceder à conferência das presenças nas sessões, assim como verificar em qualquer momento, o quorum e registar as votações;
- d) Ordenar a matéria a submeter a votação;
- e) Organizar as inscrições dos membros da assembleia que pretenderem usar a palavra e registar os respetivos tempos de intervenção;
- f) Servir de escrutinadores;
- g) Fazer as leituras indispensáveis durante as sessões.

## **Capítulo III** **Do Funcionamento da Assembleia**

### **Secção I** **Das Sessões**

#### **Artigo 9.º** **(Local das sessões)**

1. As sessões da assembleia municipal têm habitualmente lugar no Auditório Municipal, edifício do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Santa Comba Dão;
2. Por razões relevantes as sessões poderão decorrer noutro local dentro da área do município.
3. A convocação da sessão, nos termos do número anterior depende de decisão do presidente da assembleia municipal, ouvidos os restantes membros da mesa.
4. Os membros da assembleia municipal tomam lugar na sala de acordo com o deliberado pelo plenário.





#### **Artigo 10.º** **(Sessões Ordinárias)**

1 – A assembleia municipal reúne em cinco sessões ordinárias anuais, em fevereiro, abril, junho, setembro e novembro ou dezembro, convocadas com uma antecedência mínima de oito dias e por carta com aviso de receção ou protocolo.

2 - A apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e a apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano anterior devem ter lugar na sessão ordinária de abril, e a aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano seguinte na sessão de novembro, salvo se o disposto no número seguinte.

3- A aprovação das opções do plano e da proposta de orçamento para o ano imediato ao da realização de eleições intercalares nos meses de novembro ou dezembro tem lugar, em sessão ordinária ou extraordinária do órgão deliberativo que resultar do ato eleitoral, até ao final do mês de abril do referido ano.

#### **Artigo 11.º** **(Sessões Extraordinárias)**

1 - A assembleia reúne em sessão extraordinária, por iniciativa do seu presidente, da mesa ou após requerimento:

- a) Do presidente da câmara municipal, em cumprimento de deliberação desta;
- b) De um terço dos seus membros;
- c) De um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores até ao limite máximo de 2500.

2 – O presidente da assembleia municipal, no prazo de cinco dias após a sua iniciativa ou a da mesa ou a receção dos requerimentos previstos no número anterior, por edital e por carta com aviso de receção ou protocolo, convoca a sessão extraordinária da assembleia municipal.

3 – A sessão extraordinária referida no número anterior deve ser realizada no prazo mínimo de três dias e máximo de 10 após a sua convocação.

4 – Quando o presidente da mesa da assembleia municipal não convoque a sessão extraordinária requerida, podem os requerentes convocá-la diretamente, observando, com as devidas adaptações, o disposto nos n.º 2 e 3, e promovendo a respetiva publicitação nos locais habituais.

## **Artigo 12.º** **(Requisitos das reuniões)**

1. A assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das 24:00 horas, salvo deliberação expressa do plenário.
2. Feita a chamada e verificada a inexistência de quorum, decorrerá um período máximo de 30 minutos sobre a hora da referida convocatória, para aquele se poder concretizar. Esgotado esse tempo, caso persista a falta de quorum, o presidente considerará a reunião sem efeito e marcará data para a nova reunião.
3. Das sessões ou reuniões canceladas por falta de quorum é elaborada ata onde se registam as presenças e ausências dos membros, dando estas lugar à marcação de falta.
4. A existência de quorum será verificada em qualquer momento da reunião.

## **Artigo 13.º** **(Continuidade das reuniões)**

As reuniões só podem ser interrompidas, por decisão do presidente e para os seguintes efeitos:

- a) Intervalos;
- b) Restabelecimento da ordem na sala;
- c) Falta de quorum, procedendo-se a nova contagem quando o presidente assim o determinar.
- d) Requerimento à mesa solicitado por cada agrupamento político, por cada ponto da Ordem de Trabalhos e com a duração máxima de 10 minutos.

## **Secção II** **Da Convocatória e Ordem do Dia**

### **Artigo 14.º** **(Convocatória)**

1. Os membros da assembleia são convocados para as sessões ordinárias por edital e por carta com aviso de receção, *ou* através de protocolo, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de oito dias.
2. Os membros da assembleia são convocados para as sessões extraordinárias por edital e por carta com aviso de receção, *ou* através de protocolo, as quais lhes devem ser dirigidas com a antecedência mínima de cinco dias.



### **Artigo 15.º** **(Ordem do dia)**

1 - A ordem do dia deve incluir os assuntos indicados pelos membros do respetivo órgão, desde que sejam da competência deste e o pedido correspondente seja apresentado por escrito com uma antecedência mínima de:

- a) Cinco dias úteis sobre data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões ordinárias;
- b) Oito dias úteis sobre a data da sessão ou reunião, no caso de sessões ou reuniões extraordinárias.

2 - A ordem do dia é entregue a todos os membros do órgão com a antecedência de dois dias úteis sobre a data de início da sessão ou reunião, enviando-se-lhes, em simultâneo, a respetiva documentação.

### **Artigo 16.º** **Elementos que devem constar da informação escrita do Presidente da Câmara**

- 1- Da informação escrita prestada pelo presidente da câmara devem constar, obrigatoriamente, as seguintes matérias:
  - a) A atividade desenvolvida pela câmara municipal e os resultados obtidos nas associações e federações de municípios, nas cooperativas, fundações e outras entidades de cariz não empresarial, designadamente ao nível do seu envolvimento nessas entidades e quais os efeitos ou frutos que daí advêm;
  - b) A atividade desenvolvida pela câmara nas empresas ou outras entidades em que o município detenha alguma participação no capital social ou equiparado, bem com os resultados disponíveis de natureza económica - financeira;
  - c) A situação financeira do município;
  - d) O saldo e o estado das dívidas assumidas e vencidas a fornecedores;
  - e) As reclamações que tenham sido formuladas e que se revelem de consideração significativa ao nível do funcionamento dos serviços municipais;
  - f) Os recursos hierárquicos que hajam sido interpostos;
  - g) Quais os processos judiciais em curso, bem como a fase processual em que se encontrem.





- 2- A informação escrita a que se refere o nº 1 deste artigo deve ser acompanhada dos elementos que propiciem uma compreensão e análise crítica da mesma.
- 3- Não deve ser remetida à assembleia municipal a documentação mencionada no número anterior, se não tiver havido, entretanto, qualquer evolução dos assuntos a que a mesma se refere.

### **Secção III**

#### **Organização dos Trabalhos na Assembleia**

#### **Artigo 17.º** **(Períodos das reuniões)**

1. Em cada sessão ordinária há um período de "Antes da Ordem do Dia", um período de "Ordem do Dia" e um período para "Intervenção e Esclarecimento do Público".
2. Nas sessões extraordinárias, apenas terão lugar os períodos de "Ordem do Dia" e de "Intervenção e Esclarecimento do Público".

#### **Artigo 18.º** **(Período de antes da ordem do dia)**

1. O período de "Antes da Ordem do Dia" destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico.
2. Este período inicia-se com a realização pela mesa dos seguintes procedimentos:
  - a) Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos que à mesa cumpra produzir;
  - b) Resposta às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham sido esclarecidas no momento próprio.
3. O período de "Antes da Ordem do Dia" terá a duração máxima de sessenta minutos.

#### **Artigo 19º** **(Período da ordem do dia)**



1. O Período da "Ordem do Dia" inclui um período de apreciação e votação das propostas constantes da ordem do dia.
2. No início do período da "Ordem do Dia", o Presidente dará conhecimento dos assuntos nela incluídos.
3. A discussão e votação de propostas não constantes da ordem do dia das reuniões ordinárias, depende de deliberação tomada por dois terços dos seus membros, que reconheça a urgência de deliberação sobre o assunto.

#### **Artigo 20.º**

##### **(Período de intervenção e esclarecimento ao público)**

1. O Período de "Intervenção e Esclarecimento ao Público" tem a duração máxima de 30 minutos.
2. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada e assunto a tratar.
3. O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo, será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 5 minutos por cidadão.
4. A nenhum cidadão é permitido, sob qualquer pretexto, intrometer-se nas discussões, aplaudir ou reprovar as opiniões emitidas, as votações feitas ou as deliberações tomadas, conforme dispõe o n.º 4 do artº 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
5. A violação do disposto no número anterior é punida com coima de € 150 a € 750, para cuja aplicação é competente o juiz da comarca, após participação do Presidente da Câmara Municipal, de acordo com o nº 5 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 setembro.

#### **Secção IV**

##### **Da Participação de Outros Elementos**

#### **Artigo 21.º**

##### **(Participação dos membros da câmara municipal)**

1. A câmara municipal faz-se representar nas sessões da assembleia, obrigatoriamente pelo presidente da câmara, que pode intervir nos debates, sem direito a voto.
2. Em caso de justo impedimento, o presidente da câmara pode fazer-se substituir pelo substituto legal.
3. Os vereadores devem assistir às sessões da assembleia.

#### **Artigo 22.º**

##### **(Participação de eleitores)**



1. Nas sessões convocadas nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 10.º do presente Regimento, têm o direito de participar, sem voto, dois dos representantes dos requerentes.
2. Os representantes mencionados no número anterior podem formular sugestões ou propostas, as quais só são votadas pela assembleia se esta assim o deliberar.

## **Secção V**

### **Do Uso da Palavra**

#### **Artigo 23.º** **(Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia)**

1. Ao presidente caberá definir, equitativamente, o tempo de intervenção de cada orador inscrito, em função do número destes.
2. A cada interveniente cumpre gerir e controlar o tempo atribuído, sem prejuízo da competência e das funções da mesa.

#### **Artigo 24.º** **(Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia)**

1. Para a discussão de cada ponto da “Ordem do Dia” há um período inicial máximo de 20 minutos, não podendo qualquer membro da assembleia exceder 5 minutos de intervenção.
2. Após a utilização do período referido no número 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, de 15 minutos, que será proporcionalmente distribuído.
3. A apresentação verbal de cada proposta pelo membro da assembleia proponente ou pelo executivo camarário, dever-se-á limitar à indicação sucinta do seu objeto e fins que se visa prosseguir, e não exceder o total de 5 minutos.
4. O presidente da câmara municipal dispõe de 20 minutos para apresentar a informação constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste regimento.

#### **Artigo 25.º** **(Regras do uso da palavra pelos membros da câmara municipal)**

1. A palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal, no período “De Antes da Ordem do Dia”, para prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados.
2. No período da “Ordem do Dia”, a palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal para:





- a) Prestar a informação relativa ao consignado na alínea e) do n.º 1 do artigo 2.º deste regimento;
  - b) Apresentar os documentos submetidos pela câmara municipal, nos termos legais, à apreciação da assembleia;
  - c) Intervir nas discussões, sem direito a voto.
3. No período de "Intervenção e Esclarecimento ao Público", a palavra é concedida ao presidente da câmara ou ao seu substituto legal para prestar os esclarecimentos solicitados.
  4. É concedida a palavra aos vereadores para intervir, sem direito a voto nas discussões, a solicitação do plenário da assembleia ou com a anuência do presidente da câmara ou do seu substituto legal.
  5. A palavra é ainda concedida aos vereadores, para o exercício do direito de defesa da honra.

#### **Artigo 26.º**

##### **(Regras do uso da palavra no período de intervenção e esclarecimento ao público)**

1. A palavra é concedida ao público para intervir nos termos do artigo 20.º deste regimento.
2. Durante o período de intervenção aberto ao público, qualquer cidadão pode solicitar os esclarecimentos que entender sobre assuntos relacionados com o município, devendo para o efeito proceder à sua inscrição na mesa.
3. A palavra será dada por ordem das inscrições e cada intervenção deverá ter a duração máxima de 5 minutos.
4. Os pedidos de esclarecimentos serão dirigidos à mesa e nunca em particular a qualquer membro da assembleia municipal ou da câmara municipal.
5. A mesa ou qualquer membro da assembleia ou da câmara prestarão os esclarecimentos solicitados, ou, se tal não for possível, será o cidadão esclarecido, posteriormente, por escrito.

#### **Artigo 27.º**

##### **(Uso da palavra pelos membros da assembleia)**

1. A palavra é concedida aos membros da assembleia para:
  - a) Tratar de assuntos de interesse municipal;
  - b) Participar nos debates;
  - c) Emitir votos e fazer declarações de voto;
  - d) Invocar o regimento ou interpelar a mesa;

- e) Apresentar recomendações, propostas e moções sobre assuntos de interesse para o município;
- f) Formular ou responder a pedidos de esclarecimento;
- g) Fazer requerimentos;
- h) Reagir contra ofensas à honra ou à consideração;
- i) Interpor recursos.

2. No uso da palavra os membros da assembleia:

- a) Dirigem-se ao presidente e à assembleia, devendo manter-se de pé e utilizar o sistema sonoro quando este se encontrar em funcionamento;
- b) Não podem ser interrompidos sem o seu consentimento, nem estabelecer diálogo, não sendo porém consideradas interrupções as vozes de concordância ou discordância ou manifestações análogas;
- c) Serão advertidos pelo presidente da mesa quando se desviarem do assunto em discussão, ou quando o discurso se tornar injurioso ou ofensivo podendo o Presidente retirar-lhes a palavra, se persistirem na mesma atitude.

**Artigo 28.º**  
**(Declarações de voto)**

- 1. Cada membro da assembleia tem direito a fazer, no final de cada votação, uma declaração de voto, esclarecendo o sentido da sua votação.
- 2. As declarações de voto podem ser escritas ou orais, não podendo exceder, neste último caso 3 minutos.
- 3. As declarações de voto escritas são entregues na mesa até ao final da reunião.

**Artigo 29.º**  
**(Invocação do regimento ou interpelação da Mesa)**

- 1. O membro da assembleia que pedir a palavra para invocar o regimento indica a norma infringida, com as considerações indispensáveis para o efeito.
- 2. Os membros da assembleia podem interpelar a mesa quando tenham dúvidas sobre as decisões desta ou a orientação dos trabalhos.
- 3. O uso da palavra para invocar o regimento ou interpelar a mesa não pode exceder 3 minutos.

**Artigo 30.º**  
**(Pedidos de esclarecimento)**



O uso da palavra para esclarecimentos limita-se à formulação concisa da pergunta sobre a matéria em dúvida, dispondo o respondente de 3 minutos para intervir.

**Artigo 31.º**  
**(Requerimentos)**

1. Os requerimentos podem ser apresentados por escrito ou oralmente,, podendo, no entanto, o presidente da assembleia, sempre que o entender conveniente, determinar que um requerimento formulado oralmente seja apresentado por escrito.
2. Os requerimentos orais, assim como a leitura dos requerimentos escritos, não podem exceder 3 minutos.

**Artigo 32.º**  
**(Ofensas à honra ou à consideração)**

1. Sempre que um membro da assembleia considere que foram proferidas expressões ofensivas da sua honra ou consideração, pode, para se defender, usar da palavra por tempo não superior a 3 minutos.
2. O autor das expressões consideradas ofensivas pode dar explicações por tempo não superior a 3 minutos.

**Artigo 33.º**  
**(Interposição de recursos)**

1. Qualquer membro da assembleia pode recorrer de decisões do presidente ou da mesa.
2. O membro da assembleia que tiver recorrido pode usar da palavra para fundamentar o recurso por tempo não superior a 3 minutos.

**Secção VI**  
**Das Deliberações e Votações**

**Artigo 34.º**  
**(Maioria)**

As deliberações são tomadas à pluralidade de votos, estando presente a maioria do número legal dos membros da assembleia, tendo o presidente voto de qualidade em caso de empate, não contando as abstenções para o apuramento da maioria.



### **Artigo 35.º** **(Voto)**

1. Cada membro da assembleia tem um voto.
2. Nenhum membro da assembleia presente pode deixar de votar, sem prejuízo do direito de abstenção.

### **Artigo 36.º** **(Formas de votação)**

1. As votações realizam-se por uma das seguintes formas:
  - a) Por escrutínio secreto, sempre que se realizem eleições e quando envolvam a apreciação de comportamentos ou de qualidades de qualquer pessoa, ou ainda, em caso de dúvida, se a assembleia assim o deliberar;
  - b) Por votação nominal, apenas quando requerida por qualquer dos membros e aceite expressamente pela assembleia;
  - c) Por levantados e sentados ou de braço no ar, que constitui a forma usual de votar.
- 2- O presidente vota em último lugar

### **Artigo 37.º** **(Empate na votação)**

1. Havendo empate em votação por escrutínio secreto, procede-se imediatamente a nova votação e, se o empate se mantiver, adia-se a deliberação para a sessão seguinte, procedendo-se a votação nominal se na primeira votação desta sessão se repetir o empate.
2. Quando necessária, a fundamentação das deliberações tomadas por escrutínio secreto é feita pelo presidente após a votação, tendo em conta a discussão que a tiver precedido.
3. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação os membros do órgão que se encontrem ou se considerem impedidos.

## **Secção VII** **Das Faltas**

### **Artigo 38.º** **(Verificação de faltas e processo justificativo)**



1. Constitui falta a não comparência a qualquer sessão.
2. Será considerado faltoso o membro da assembleia que só compareça passados mais de trinta minutos sobre o início dos trabalhos ou, do mesmo modo, se ausente definitivamente antes do termo da sessão.
3. As faltas podem ser justificadas ou injustificadas.
4. O pedido de justificação de faltas pelo interessado é feito por escrito e dirigido à mesa, no prazo de cinco dias a contar da data da sessão ou reunião em que a falta se tenha verificado, e a decisão é notificada ao interessado, pessoalmente ou por via postal.
5. Da decisão de recusa da justificação da falta cabe recurso para o plenário.

## **Secção VIII**

### **Publicidade dos Trabalhos e dos Atos da Assembleia**

#### **Artigo 39.º**

##### **(Caráter público das reuniões)**

1. As sessões da assembleia municipal são públicas, devendo ser dada publicidade, com menção dos dias, horas e locais da sua realização, de forma a garantir o conhecimento dos interessados com uma antecedência de, pelo menos, dois dias úteis sobre a data das mesmas.

#### **Artigo 40.º**

##### **(Atas)**

1. De cada sessão é lavrada ata, que contém um resumo do que de essencial nela se tiver passado, indicando, designadamente, a data e o local da reunião, os membros presentes e ausentes, os assuntos apreciados, as decisões e deliberações tomadas e a forma e o resultado das respetivas votações e, bem assim, o facto de a ata ter sido lida e aprovada.
2. Das atas deverão também constar uma referência sumária às eventuais intervenções do público na solicitação de esclarecimentos e às respostas dadas.
3. As atas são lavradas, sempre que possível, por um funcionário da autarquia designado para o efeito (*ou pelos secretários da mesa*) e postas à aprovação de todos os membros no final da respetiva reunião ou no início da seguinte, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.
4. As atas ou o texto das deliberações mais importantes podem ser aprovadas em minuta, no final das reuniões, desde que tal seja deliberado pela maioria dos membros presentes, sendo assinadas, após aprovação, pelo presidente e por quem as lavrou.

**Artigo 41.º**  
**(Registo na ata do voto de vencido)**

1. Os membros da assembleia podem fazer constar da ata o seu voto de vencido e as razões que o justifiquem.
2. Quando se trate de pareceres a dar a outras entidades, as deliberações são sempre acompanhadas das declarações de voto apresentadas.
3. O registo na ata do voto de vencido isenta o emissor deste da responsabilidade que eventualmente resulte da deliberação tomada.

**Artigo 42.º**  
**(Publicidade das deliberações)**

As deliberações da assembleia municipal destinadas a ter eficácia externa são obrigatoriamente publicadas nos termos do estabelecido no artº 56º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

**Capítulo IV**  
**Das Comissões ou Grupos de Trabalho**

**Artigo 43.º**  
**(Constituição)**

1. A assembleia municipal pode constituir delegações, comissões ou grupos de trabalho para qualquer fim determinado.
2. A iniciativa da sua constituição pode ser exercida pelo presidente, pela mesa, por grupos municipais ou por qualquer membro da assembleia.

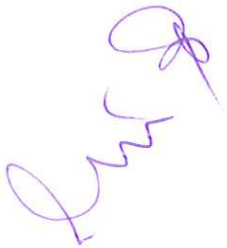
**Artigo 44.º**  
**(Competências)**

Compete às delegações, comissões ou grupos de trabalho o estudo dos problemas relacionados com as atribuições do município, sem interferir, no entanto, no funcionamento e na atividade normal da câmara municipal.

**Artigo 45.º**  
**(Composição)**

1. O número de membros de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho e a sua distribuição pelos diversos grupos municipais, quando existirem, são fixados pela assembleia.





2. Sempre que o fim determinado de cada delegação, comissão ou grupo de trabalho se relacione com assuntos referentes às Juntas de Freguesia, na sua constituição terão assento Presidentes de Junta de Freguesia em número nunca inferior a metade da totalidade dos seus membros.

#### **Artigo 46.º**

##### **(Funcionamento)**

1. Compete ao presidente da assembleia convocar a primeira reunião.
2. As regras internas do funcionamento são da responsabilidade da delegação, comissão ou grupo de trabalho.

### **Capítulo V**

#### **Dos Grupos Municipais**

#### **Artigo 47.º**

##### **(Constituição)**

1. Os membros diretamente eleitos, bem como os presidentes de junta de freguesia eleitos por cada partido político ou coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores, podem associar-se para efeitos de constituição de grupos municipais.
2. A constituição dos grupos municipais efetua-se mediante comunicação escrita dirigida ao presidente da assembleia municipal.
3. Da comunicação referida no número anterior deve constar obrigatoriamente a assinatura de todos os membros que constituem o grupo municipal, a sua designação bem como a respetiva direção.
4. Os membros que não integrem qualquer grupo municipal ou que dele se desvinculem comunicam o facto ao presidente da assembleia e exercem o seu mandato como independentes.

#### **Artigo 48.º**

##### **(Organização)**

- 1- Cada grupo municipal estabelece livremente a sua organização.
- 2- Qualquer alteração na composição ou direção do grupo municipal deve ser comunicada ao presidente da assembleia municipal.

### **Capítulo VI**

#### **Da Conferência de Representantes de Grupos Municipais**

#### **Artigo 49º (Constituição)**

- 1- A Conferência de Representantes dos Grupos Municipais é uma instância consultiva do presidente da assembleia municipal, que a ela preside, e é constituída pelos representantes de todos os Grupos Municipais.
- 2- A Câmara Municipal pode participar na conferência e intervir nos assuntos que não se relacionem exclusivamente com competências da assembleia.

#### **Artigo 50º (Funcionamento)**

- 1-A Conferência reúne sempre que convocada pelo presidente da assembleia municipal, por sua iniciativa ou a pedido de qualquer Grupo Municipal.
- 2-Compete à Conferência pronunciar-se sobre assuntos que tenham a ver com o regular funcionamento da Assembleia.
- 3- As recomendações da Conferência, na falta de consenso, são tomadas por maioria, estando representada a maioria absoluta dos membros da Assembleia em efetividade de funções.

### **Capítulo VII Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia**

#### **Secção I Do Mandato**

#### **Artigo 51.º (Duração e continuidade do mandato)**

O mandato dos membros da assembleia municipal inicia-se com o ato de instalação e de verificação de poderes e cessa com a instalação da nova assembleia, sem prejuízo dos casos de cessação de mandato.

#### **Artigo 52º. (Suspensão do mandato)**

1. Os membros da assembleia municipal podem solicitar a suspensão do respetivo mandato.
2. O pedido de suspensão, devidamente fundamentado, deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao presidente da assembleia e



apreciado pelo plenário da assembleia na reunião imediata à sua apresentação.

3. São motivos de suspensão designadamente:
  - a) Doença comprovada;
  - b) Exercício dos direitos de paternidade e maternidade;
  - c) Afastamento temporário da área da autarquia por período superior a 30 dias.
4. A suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato constitui, de pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo o interessado manifestar, por escrito, a vontade de retomar funções.
5. A pedido do interessado, devidamente fundamentado, o plenário da assembleia pode autorizar a alteração do prazo pelo qual inicialmente foi concedida a suspensão do mandato, até ao limite estabelecido no número anterior.
6. Enquanto durar a suspensão, os membros da assembleia são substituídos nos termos do artigo 57.º, devendo os substitutos ser convocados nos termos do artigo 55.º, deste regimento.

#### **Artigo 53.º**

##### **(Ausência inferior a 30 dias)**

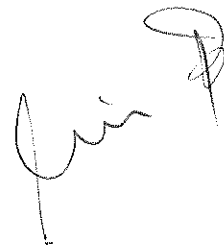
1. Os membros da assembleia municipal podem fazer-se substituir nos casos de ausências por períodos até 30 dias.
2. A substituição opera-se mediante simples comunicação por escrito dirigida ao presidente da assembleia, na qual são indicados os respetivos início e fim.
3. O membro ausente nos termos do presente artigo é substituído nos termos do artigo 57.º deste regimento.

#### **Artigo 54.º**

##### **(Renúncia ao mandato)**

1. Os membros da assembleia municipal gozam do direito de renúncia ao mandato, a exercer mediante manifestação de vontade apresentada quer antes quer depois da instalação da assembleia.
2. A pretensão é apresentada por escrito e dirigida a quem deve proceder à instalação ou ao presidente da assembleia, consoante o caso.
3. A falta de eleito local ao ato de instalação da assembleia, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.





4. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

#### **Artigo 55.º** **(Substituição do renunciante)**

1. O membro substituto deve ser convocado por quem está a proceder à instalação ou pelo presidente da assembleia, consoante o caso, e tem lugar no período que medeia entre a comunicação da renúncia e a primeira reunião que a seguir se realizar, salvo se a entrega do documento de renúncia coincidir com o ato de instalação ou reunião da assembleia, situação em que, após a verificação da sua identidade e legitimidade, a substituição se opera de imediato, se o substituto a não recusar por escrito, de acordo com o n.º 2 do artigo anterior.
2. A falta de substituto, devidamente convocado, ao ato de assunção de funções, não justificada por escrito no prazo de 30 dias ou considerada injustificada, equivale a renúncia, de pleno direito.
3. A apreciação e a decisão sobre a justificação referida no número anterior cabe à assembleia e deve ter lugar na primeira reunião que se seguir à apresentação tempestiva da mesma.

#### **Artigo 56.º** **(Perda de mandato)**

À perda de mandato aplica-se o consignado na Lei n.º 27/96, de 1 de agosto..

#### **Artigo 57.º** **(Preenchimento de vagas)**

1. As vagas ocorridas na assembleia municipal são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.
2. Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.

### **Secção II** **Dos Deveres dos Membros da Assembleia**



### **Artigo 58.º** **(Deveres)**

Constituem, designadamente, deveres dos membros da assembleia:

- a) Comparecer às sessões da assembleia e às reuniões das comissões a que pertençam;
- b) Participar nas votações;
- c) Respeitar a dignidade da assembleia e dos seus membros;
- d) Observar a ordem e a disciplina fixadas no regimento e acatar a autoridade do presidente da mesa da assembleia;
- e) Contribuir pela sua diligência para o prestígio dos trabalhos da assembleia municipal;

### **Artigo 59.º** **(Impedimentos e suspeições)**

- 1. Nenhum membro da assembleia pode intervir em procedimento administrativo ou em ato ou contrato de direito público ou privado do respetivo Município, nos casos previstos no artigo 44.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 2. A arguição e declaração do impedimento seguem o regime previsto nos Artigos 45.º, 46.º e 47.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 3. Os membros da assembleia devem pedir dispensa de intervir em procedimento administrativo quando ocorra circunstância pela qual possa razoavelmente suspeitar-se da sua isenção ou da retidão da sua conduta, designadamente quando ocorram as circunstâncias previstas no artigo 48.º do Código do Procedimento Administrativo.
- 4. À formulação do pedido de dispensa e à decisão sobre a escusa ou suspeição aplica-se o regime constante dos artigos 49.º e 50.º do Código do Procedimento Administrativo.

## **Secção III** **Dos Direitos dos Membros da Assembleia**

### **Artigo 60.º** **(Direitos)**



1. Os membros da assembleia municipal têm, designadamente, os seguintes direitos:
  - a) Participar nos debates e nas votações;
  - b) Apresentar propostas, moções e requerimentos;
  - c) Apresentar recomendações, pareceres e pedidos de esclarecimento à câmara, veiculados pela mesa da assembleia;
  - d) Apresentar reclamações, protestos, contraprotestos e declarações de voto;
  - e) Propor alterações ao regimento;
  - f) Receber através da mesa, todos os documentos respeitantes aos assuntos agendados.
2. Aos membros da assembleia municipal são atribuíveis os direitos a eles consignados pela lei, designadamente pelo Estatuto dos Eleitos Locais, aprovado pela Lei n.º 29/87, de 30 de junho, com a nova redação que lhe foi dada pela Lei nº 52-A/2005, de 10 de outubro.

## **Capítulo VIII**

### **Do Apoio à Assembleia**

#### **Artigo 61.º** **(Apoio à assembleia municipal)**

1. Sob orientação do presidente, a assembleia municipal dispõe de um núcleo de apoio próprio, composto por trabalhadores do município, nos termos definidos pela mesa e a afetar pela câmara municipal.
2. A assembleia municipal dispõe igualmente de instalações e equipamentos necessários ao seu funcionamento e representação, a disponibilizar pela câmara municipal.
3. No orçamento municipal são inscritas, sob proposta da mesa da assembleia municipal, dotações discriminadas em rubricas próprias para pagamento das senhas de presença, ajudas de custo e subsídios de transporte dos membros da assembleia municipal, bem como para a aquisição dos bens e serviços correntes necessária ao seu funcionamento e representação.

## **Capítulo IX**

### **Disposições Finais**

#### **Artigo 62.º** **(Interpretação e Integração de lacunas)**





Compete à mesa, com recurso para a assembleia, interpretar o presente regimento e integrar as suas lacunas.

**Artigo 63.º**  
**(Entrada em vigor)**

O presente regimento entra em vigor imediatamente a seguir à sua aprovação.

**Sessão ordinária de 29 de dezembro de 2017**

**Regimento da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão**  
**Índice**

**Capítulo I**

**Natureza e Competências da Assembleia**

Artigo 1.º - Natureza

Artigo 2.º - Competências da Assembleia Municipal

Artigo 3.º - Competências de funcionamento

**Capítulo II**

**Mesa da Assembleia e Competências**

**Secção I - Mesa da Assembleia**

Artigo 4.º - Composição da mesa

Artigo 5.º - Eleição da mesa

**Secção II - Competências**

Artigo 6.º - Competência da mesa

Artigo 7.º - Competência do presidente da assembleia

Artigo 8.º - Competência dos secretários

**Capítulo III**

**Do Funcionamento da Assembleia**

**Secção I - Das Sessões**

Artigo 9.º - Local das sessões

Artigo 10.º - Sessões Ordinárias

Artigo 11.º - Sessões Extraordinárias

Artigo 12.º - Requisitos das reuniões

Artigo 13.º - Continuidade das reuniões

**Secção II - Da Convocatória e Ordem do Dia**

Artigo 14.º - Convocatória

Artigo 15.º - Ordem do dia

**Secção III - Organização dos Trabalhos na Assembleia**

Artigo 16.º - Elementos que devem constar da informação escrita do presidente da câmara

Artigo 17.º - Períodos das reuniões

Artigo 18.º - Período de antes da ordem do dia

Artigo 19.º - Período da ordem do dia

Artigo 20.º - Período de intervenção do público



#### **Secção IV - Da Participação de Outros Elementos**

Artigo 21.º - Participação dos membros da câmara municipal

Artigo 22.º - Participação de eleitores

#### **Secção V - Do Uso da Palavra**

Artigo 23.º - Regras do uso da palavra no período de antes da ordem do dia

Artigo 24.º - Regras do uso da palavra para discussão da ordem do dia

Artigo 25.º - Regras do uso da palavra pelos membros da câmara municipal

Artigo 26.º - Regras do uso da palavra no período de intervenção aberto ao público

Artigo 27.º - Uso da palavra pelos membros da assembleia

Artigo 28.º - Declarações de voto

Artigo 29.º - Invocação do regimento ou interpelação da mesa

Artigo 30.º - Pedidos de esclarecimento

Artigo 31.º - Requerimentos

Artigo 32.º - Ofensas à honra ou à consideração

Artigo 33.º - Interposição de recursos

#### **Secção VI - Das Deliberações e Votações**

Artigo 34.º - Maioria

Artigo 35.º - Voto

Artigo 36.º - Formas de votação

Artigo 37.º - Empate na votação

#### **Secção VII - Das Faltas**

Artigo 38.º - Verificação de faltas e processo justificativo

#### **Secção VIII - Publicidade dos Trabalhos e dos Atos da Assembleia**

Artigo 39.º - Caráter público das reuniões

Artigo 40.º - Atas

Artigo 41.º - Registo na ata do voto de vencido

Artigo 42.º - Publicidade das deliberações

### **Capítulo IV**

#### **Das Comissões ou Grupos de Trabalho**

Artigo 43.º - Constituição

Artigo 44.º - Competências

Artigo 45.º - Composição

Artigo 46.º - Funcionamento

### **Capítulo V**

#### **Dos Grupos Municipais**

Artigo 47.º - Constituição

Artigo 48.º - Organização

### **Capítulo VI**

#### **Da Conferência de Representantes de Grupos Municipais**

Artigo 49.º - Constituição

Artigo 50.º - Funcionamento

### **Capítulo VII**

#### **Dos Direitos e Deveres dos Membros da Assembleia**

#### **Secção I - Do Mandato**

Artigo 51.º - Duração e continuidade do mandato



- Artigo 52.º - Suspensão do mandato
- Artigo 53.º - Ausência inferior a 30 dias
- Artigo 54.º - Renúncia ao mandato
- Artigo 55.º - Substituição do renunciante
- Artigo 56.º - Perda de mandato
- Artigo 57.º - Preenchimento de vagas

#### **Secção II - Dos Deveres dos Membros da Assembleia**

- Artigo 58.º - Deveres
- Artigo 59.º - Impedimentos e suspeições

#### **Secção III - Dos Direitos dos Membros da Assembleia**

- Artigo 60.º - Direitos

### **Capítulo VIII**

#### **Do Apoio à Assembleia**

- Artigo 61.º - Apoio à assembleia municipal

### **Capítulo IX**

#### **Disposições Finais**

- Artigo 62.º - Interpretação e Integração de lacunas
- Artigo 63.º - Entrada em vigor